



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 610/2026

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva.

Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Decreto Federal nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura – SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC do Ministério da Cultura e dá outras providências.

Decreto Federal nº 5.753, de 12 de abril de 2006, que promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003.

Lei Complementar Estadual nº 94, de 29 de maio de 1974, que dispõe sobre a Região Metropolitana da Grande São Paulo.

Lei Complementar Estadual nº 1.139, de 16 de junho de 2011, que reorganiza a Região Metropolitana da Grande São Paulo, cria o respectivo Conselho de Desenvolvimento e dá providências correlatas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a criação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, alterada pelas Leis nº 10.236/1986, nº 14.516/2007 e nº 15.201/2010.

Lei Municipal nº 11.198, de 19 de maio de 1992, que cria o Plano Turístico Municipal – PLATUM e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.540, de 24 de março de 2003, que institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.003, de 14 de junho de 2005, que institui o Programa Municipal de Intervenção em Ruas Comerciais do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 14.406, de 21 de maio de 2007, que institui o Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 14.917, de 7 de maio de 2009, que dispõe sobre a concessão urbanística no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 15.897, de 8 de novembro de 2013, que altera a Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003, que criou o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI, instituindo duas modalidades de apoio às atividades artístico-culturais, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura.

Lei Municipal nº 15.948, de 26 de dezembro de 2013, que institui o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais, dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

Lei Municipal nº 16.278, de 5 de outubro de 2015, que institui o Fundo Municipal de Cultura de São Paulo, destinado a apoiar e suportar financeiramente projetos culturais.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE).

Lei Municipal nº 16.607, de 29 de dezembro de 2016, que institui o Programa Ruas Abertas, altera a Lei nº 12.879, de 13 de julho de 1999, revoga a Lei nº 12.273, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.818, de 2 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a identificação de imóveis que abrigaram grandes personalidades ou locais onde ocorreram fatos históricos relevantes.

Lei Municipal nº 16.841, de 9 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os equipamentos culturais municipais, sob a gestão direta da Secretaria Municipal de Cultura, contarem com programação contínua, nos dias e horários que especifica.

Lei Municipal nº 17.241, de 3 de dezembro de 2019, que institui o Largo 13 de Maio como Polo Cultural, Histórico e Turístico da Cidade de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.562, de 8 de junho de 2021, que autoriza a criação do Polo Cultural, Gastronômico e Turístico do Largo da Matriz de Nossa Senhora do Ó e entorno e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 54.883, de 27 de fevereiro de 2014, que confere nova regulamentação à Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003, com as alterações promovidas pela Lei nº 15.897, de 8 de novembro de 2013, que institui duas modalidades de apoio às atividades artístico-culturais no Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura.

Decreto Municipal nº 57.484, de 29 de novembro de 2016, que institui o Sistema Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo e o Plano Municipal de Cultura de São Paulo, bem como o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura e o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais.

Decreto Municipal nº 58.561, de 10 de dezembro de 2018, que cria o Observatório da Gastronomia da Cidade de São Paulo.

- PL 385/2026 Autoriza a criação do Polo Brás 360º – Circuito Cultural, Gastronômico, Turístico e Empreendedor, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- PL 241/2026 Autoriza o Poder Executivo a instituir o Polo Cultural, Gastronômico, Turístico e de Indústria Criativa do Bairro do Limão - "Polo Limão", estabelece diretrizes de qualificação urbana, incentivos fiscais e dá outras providências.
- PL 1505/2025 Cria o Polo Gastronômico da Avenida Maria Luiza Americano, localizado no Distrito de Itaquera, no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 1301/2025 Reconhece o território do Brás, na Zona Leste do Município de São Paulo, como Polo Cultural do Brás, e dá outras providências.
- PL 246/2025 Autoriza a criação do polo cultural gastronômico e turístico de Perus, e dá outras providências.
- PL 63/2025 Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Fortalecimento da Cultura de Rua e da Descentralização Cultural, com foco nas periferias da cidade de São Paulo.
- PL 660/2023 Autoriza a criação do Polo Cultural Gastronômico e Turístico do Bixiga, e dá outras providências.
- PL 689/2022 Dispõe sobre autorizar a criação do Polo Gastronômico e Cultural de Vila Maria, Vila Guilherme e Vila Medeiros, e dá outras providências.
- PL 697/2021 Institui a Galeria de Arte a Céu Aberto na Brasilândia como Polo Artístico, Educacional, Cultural e Turístico da Cidade de São Paulo e dá outras Providências.
- PL 330/2021 Dispõe sobre a criação do Polo Ecoturístico Histórico Cultural Represas Guarapiranga e Billings, e dá outras providências.
- PL 102/2017 Dispõe sobre tornar a rua 25 de março polo cultural, histórico e turístico da cidade de São Paulo e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 18 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

OAB/SP 155.068